

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, referentes às atividades da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é controlada pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. **Reestruturação Societária**
Venda da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

Com base na aprovação prévia emitida pela SUSEP no dia 23 de agosto de 2011, em 5 de outubro de 2011 foi realizado o fechamento da operação de venda (a "Operação"), pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) da totalidade das ações de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente, da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. para (i) Zurich Santander Holding (Spain), S.L. (Zurich Santander), sociedade holding com sede na Espanha detida 51% (cinquenta e um por cento) pela Zurich Insurance Group AG e suas afiliadas (Zurich) e 49% (quarenta e nove por cento) pelo Banco Santander Espanha, S.A., e (ii) Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile e detida pela Zurich Santander (Inversiones ZS).

Referido fechamento compreendeu a efetiva transferência, (i) pelo Banco Santander à Zurich Santander, de 11.251.174.948 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., e à Inversiones ZS, de 3 ações ordinárias de emissão da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 8 de junho de 2012, a SUSEP aprovou a transferência definitiva do controle direto da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., para a Zurich Santander, 100% detida pela Zurich Santander, e que atualmente é a proprietária das ações inicialmente transferidas à Zurich Santander.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante Disponível	4&20.c	408.519	365.683
Caixa e Bancos		4.666	3.898
Aplicações	5	107.403	73.200
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		202.069	191.054
Prêmios a Receber	6.a.c	174.056	166.776
Operações com Seguradoras	6.a	27.976	24.234
Operações com Resseguradoras	6.a	37	44
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas	6.b	408	423
Títulos e Créditos a Receber	7	23.039	18.858
Títulos e Créditos a Receber		7.876	9.916
Créditos Tributários e Previdenciários	7	15.117	7.675
Outros Créditos		46	1.267
Custos de Aquisição Diferidos	14.g	70.934	78.250
Seguros		70.934	78.250
Ativo não Circulante	129.176	142.954	142.954
Realizável a Longo Prazo	129.176	142.954	142.954
Aplicações	5	109.432	139.961
Títulos e Créditos a Receber	7	19.744	2.993
Créditos Tributários e Previdenciários	7	5.452	1.343
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	14.292	1.650
Total do Ativo		537.695	508.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		117.267	8.016	4.556	-	-	129.839
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	284	-	284
Dividendos	15.b	-	-	(4.556)	-	-	(4.556)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	50.944	50.944
Proposta para Distribuição do Resultado:							
Reserva Legal	15.b	-	2.548	-	-	(2.548)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(21.500)	(21.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	26.896	-	(26.896)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		117.267	10.564	26.896	284	-	155.011
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(5.659)	-	(5.659)
Dividendos	15.b	-	-	(26.896)	-	-	(26.896)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	58.073	58.073
Proposta para Distribuição do Resultado:							
Reserva Legal	15.b	-	2.904	-	-	(2.904)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(25.300)	(25.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	29.869	-	(29.869)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		117.267	13.468	29.869	(5.375)	-	155.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (Seguradora), é domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - 22ª Andar - Vila Olímpia - São Paulo - SP e opera em todas as regiões do país, controlada pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Nota 20.b), e tem como objeto social a exploração das operações de seguros de danos, em qualquer de suas modalidades, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2014.

2. Apresentação e Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Seguros S.A., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 464, de 1 de março de 2013, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuados ajustes no balanço patrimonial e nas respectivas notas explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visando a adequação aos procedimentos/classificações contábeis adotadas a partir de 1 de janeiro de 2013, conforme requerido pela Circular SUSEP 464/2013, referente aos prêmios antecipados no valor de R\$486, que passou a ser apresentado na rubrica do ativo circulante "créditos das operações com seguros e resseguros - prêmios a receber" e no passivo circulante "provisões técnicas de seguros - provisão de prêmios não ganhos", sem reflexos no resultado ou patrimônio líquido.

O principal CPC aplicável as operações da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é o CPC 11, que estabelece:

- Classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos;
- Separação dos derivativos embutidos e componentes de depósitos existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo;
- Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros que ainda não existem ou não estão vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco);
- Elaboração de Teste de Adequação do Passivo (TAP) ou Liability Adequacy Test (LAT) relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária.
- Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional);
- Reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido; e
- Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros.

Análise de Novas Normas e Interpretações Internacionais

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A., analisou todas as normas e interpretações internacionais que entraram em vigor no ano de 2013, confrontando-as com as determinações da SUSEP. As seguintes normas e interpretações foram avaliadas pela Zurich Santander Brasil Seguros S.A.:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - incentiva a melhoria das divulgações qualitativas no contexto de requerimento de divulgações quantitativas para auxiliar os usuários na comparação das demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, substitui a orientação de consolidação no IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) e SIC-12 Consolidação - Entidades de Propriedades Específicas, introduzindo um modelo de consolidação único para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (ou seja, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou através de outros arranjos contratuais como é comum em sociedades de propósito específico). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: i) o poder sobre a investida; ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

IFRS 11 - Empreendimentos conjuntos, o IASB emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, que substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (Joint Venture). De acordo com o IFRS 11, será obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial e será vedada a opção pelo método de contabilização de entidade controlada em conjunto. O princípio fundamental do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações, e, contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

Operações conjuntas (Joint Operation): direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.

Empreendimentos conjuntos (Joint Venture): direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

IAS 27 - Demonstrações Financeiras Individuais (2011) mantém as exigências relativas às demonstrações financeiras separadas. As demais partes do IAS 27 (2008) são substituídas pelo IFRS 10.

IAS 28 - Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (2011) alterou o IAS 28 Investimentos em Coligadas (2008) para confirmar mudanças com base na emissão de IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2013

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A., ainda não adotou os seguintes IFRS ou interpretações novas ou revisadas, que foram emitidas, mas cuja entrada ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Mensuração e Atenuação, que no futuro, irá substituir parte da atual IAS 39 relativa à classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas em relação aos ativos financeiros sobre o padrão atual, incluindo a aprovação de um novo modelo de classificação com base em apenas duas categorias, ou seja, instrumentos mensurados pelo custo amortizado e aqueles mensurados pelo valor justo, a descontinuidade das categorias mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, análise de perda do valor recuperável apenas para ativos mensurados pelo custo amortizado e da não-separação de derivativos embutidos em contratos financeiros. A principal mudança introduzida com relação aos passivos financeiros aplica-se apenas às obrigações que a entidade optar pela mensuração a valor justo. A criação da mudança no valor justo obrigações que forem atribuíveis a mudanças no fator de risco de crédito da própria entidade, devem ser apresentados em Outros Resultados Abrandentes e não em lucros ou perdas.

Em 19 de novembro de 2013, o IASB anunciou a conclusão de um pacote de alterações aos requisitos contábeis para instrumentos financeiros. Estas alterações tratam os requisitos de classificação e mensuração assim como o modelo de expectativa de perda no valor recuperável de crédito (impairment) a ser incluído no IFRS 9. Uma vez que essas deliberações estejam completas, o IASB espera publicar uma versão final do IFRS 9, informando nova data de vigência obrigatória.

Investimentos em Coligadas (2008) para confirmar mudanças com base na emissão de IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

Alterações à IFRS 10 e IAS 27 (válida para exercícios iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2014 com adoção antecipada permitida) - estas alterações prevêm uma exceção às regras de consolidação do IFRS 10 para controladora, que se enquadram na definição de entidades de investimento.

Em virtude da sua natureza, estas alterações não afetam a Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

O preço de compra e venda final foi definido, sendo de R\$2.744.990 mil com base no balanço patrimonial especial preparado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em relação ao período encerrado em 30 de setembro de 2011, apresentado no primeiro semestre de 2012 e no mecanismo de ajuste de preço expressamente previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda datado de 14 de julho de 2011. O Banco Santander divulgou no dia 4 de julho de 2013 o aviso aos acionistas comunicando que foi realizada, em 3 de julho de 2013, às 16:00 horas, Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia, na qual foi anunciado aos acionistas o direito de preferência para aquisição de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Também foi anunciado, em referida AGE, que o prazo para o exercício do direito de preferência seria de 30 (trinta) dias contados a partir de 4 de julho de 2013, ou seja, até 2 de agosto de 2013.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e Zurich, envolvendo a aquisição, pela Zurich Santander, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Como parte da Operação, o Banco Santander distribuiu exclusivamente os produtos de seguros, durante 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, não incluídos no escopo da Operação.

Conjuntura Econômica

A economia brasileira segue em expansão ainda que em ritmo ligeiramente moderado, no acumulado dos três primeiros trimestres de 2013 (último dado disponível), o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,4% em relação ao mesmo período de 2012.

A inflação permanece acima do objetivo do Banco Central do Brasil (BACEN), o principal Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) registrou alta de 5,9% no acumulado de 2013.

A taxa Selic (taxa básica de juros) foi elevada do seu nível mais baixo de 7,25% para 10,00% ao final de 2013. Em 2013, a moeda brasileira continuou seu processo de desvalorização. A taxa de câmbio encerrou o período em 2,34 R\$/US\$ e uma desvalorização acumulada de 15% no ano.

Até novembro de 2013 o mercado de seguros do Brasil cresceu 18,2% comparado com o mesmo período de 2012, com emissões de prêmios de R\$75,1 bilhões.

Desempenho Econômico - Financeiro

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A., atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, um lucro líquido no valor de R\$58 milhões (2012 - R\$51 milhões), patrimônio líquido de R\$155 milhões (31/12/2012 - R\$155 milhões) e provisões técnicas de seguros de R\$151 milhões (31/12/2012 - R\$147 milhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A., continuará expandindo seus negócios, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que continuem de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Prêmios Emitidos		281.742	277.992	277.992
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		393	393	(7.847)
Prêmios Ganhos	17.a	282.135	282.135	270.145
Sinistros Ocorridos	17.b	(27.093)	(29.576)	(29.576)
Custos de Aquisição	17.c	(145.322)	(149.807)	(149.807)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	18.d	(12.980)	(4.568)	(4.568)
Resultado com Operações de Resseguro		(2.164)	(2.485)	(2.485)
Receita com Resseguro		2.158	2.014	2.014
Despesa com Resseguro		(4.322)	(4.499)	(4.499)
Despesas Administrativas	18.a	(1.463)	(651)	(651)
Despesas com Tributos	18.b	(12.218)	(11.744)	(11.744)
Resultado Financeiro	18.c	15.863	13.356	13.356
Resultado Operacional		96.578	84.670	84.670
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		-	26	26
Resultados antes dos Impostos		96.578	84.696	84.696
Imposto de Renda	19.e	(24.118)	(21.040)	(21.040)
Contribuição Social	19.e	(14.567)	(12.712)	(12.712)
Lucro Líquido do Exercício		58.073	50.944	50.944
Quantidade de Ações (Mil)	15.a	70.284	70.284	70.284
Lucro Líquido por Ação - R\$		0,83	0,72	0,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro Líquido do Exercício	58.073	50.944
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas	(6.659)	284
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.659)	284
Mudanças no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(9.909)	514
Efeitos Tributários sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.250	(230)
Resultado Abrangente do Exercício	52.414	51.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Atividades Operacionais		58.073	50.944
Lucro Líquido do Exercício		58.073	50.944
Ajustes para:		8.360	5.564
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		7.460	7.456
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.a	(1.286)	896
Reversão (Constituição) por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	18.d	2.186	(2.788)
Variação nas Contas Patrimoniais:		15.278	3.044
Aplicações		(13.583)	(61.632)
Créditos das Operações de Seguros		(13.201)	(29.207)
Custos de Aquisição Diferidos		7.316	(3.456)
Ativos de Resseguros e Retrocessão - Provisões Técnicas		15	510
Títulos e Créditos a Receber		(15.626)	(1.276)
Contas a Pagar		38.621	42.507
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		(25.204)	29.264
Depósitos de Terceiros		33.180	7.465
Provisões Técnicas - Seguros		3.794	20.589
Provisões Judiciais		(214)	(1.720)
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações		81.711	59.552
Imposto sobre Lucros Pagos		(28.747)	(37.049)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		52.964	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. não possui nenhum instrumento financeiro classificados como Nível 3.

Não houve reclassificações entre os níveis nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos Financeiros não Recuperáveis
Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que...

• Ocasionalmente um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

• Significante que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Prêmios de Seguros
Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas/certificados, são registrados como prêmios emitidos, independentemente de estarem vigentes. A receita correspondente é diferida "pro rata" dia pelo prazo de vigência das apólices/faturas/certificados de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos calculada com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. Para os riscos em que a vigência ainda não se iniciou, a provisão de prêmios não ganhos equivale a 100% do prêmio emitido. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices/faturas e refletidas no saldo de despesas de comercialização diferidas.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Constituída para os créditos vencidos a mais de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 464/2013. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

Para os créditos de resseguros, as reduções consideram os créditos vencidos a mais de 180 dias, levando em conta o prazo médio histórico de regulação e pagamentos dos créditos pelo ressegurador.

h) Custos de Aquisição Diferidos
São considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. A despesa correspondente é diferida "pro rata" mês pelo prazo de vigência das apólices/faturas/certificados de seguros e calculada com base no prêmio bruto emitido.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente precisão, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originam de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados, quando relevantes, nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Nota 10.e).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes não existem provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Seguros
As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as alterações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP 281/2013 e Circular SUSEP 462/2013, sendo pela Circular SUSEP 469/2013.

Em 31 de janeiro de 2013, a SUSEP publicou a Circular SUSEP 462/2013, em que dispõe sobre novas regras e procedimentos para constituição das provisões técnicas, com prazo de adequação até 31 de dezembro de 2013. Abaixo estão apresentadas as provisões técnicas constituídas por esta Seguradora.

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)
A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios retidos, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular 462/2013, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)
A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. A Seguradora estima esta provisão com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme NTA.

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)
A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros administrativos, que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial
É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade. Na PSL judicial incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)
A provisão de IBNR é constituída com base em NTA, considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP.

A metodologia é baseada em movimentos de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros, bem como comportamento esperado de sinistralidade. A metodologia é baseada em dois triângulos de desenvolvimento de sinistros, ambos agrupados pelas datas de ocorrência e movimentação/ajuste de prêmio: triângulo de sinistros e triângulo de movimentações e o segundo triângulo desconsidera as movimentações dos sinistros cuja data de ocorrência seja igual à do aviso e com movimentações em meses futuros. O resultado apurado no segundo triângulo é contabilizado como IBNR e a diferença entre o resultado do primeiro triângulo (IBNR Global) e o resultado do segundo triângulo (IBNR) é contabilizado conjuntamente à PSL para refletir os movimentos dos sinistros já ocorridos e não suficientemente avisados, mas conforme como IBNR. Caso a sinistralidade contabilizada, já considerando os valores de IBNR apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste Bornhuetter-Ferguson.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)
A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, conforme metodologia descrita em NTA.

• Provisão Complementar de Contingência (PCC)
Conforme a Circular SUSEP 462/2013, a PCC será constituída quando for observada qualquer insuficiência decorrente da realização do TAP.

• Outras Provisões Técnicas (OPT)
Conforme a Circular SUSEP 462/2013, o saldo constituído em Provisão Complementar de Prêmios (PCP) foi transferido para a OPT. Esta provisão foi integralmente revertida em novembro de 2013.

k) Resseguros
Os prêmios de resseguros pagos são reconhecidos no período onde inicia o contrato de resseguro e inclui estimativas onde o valor não pode ser determinado no final do período de divulgação.

Um ativo de resseguro é reconhecido para refletir o montante estimado que será recuperado do contrato de resseguro relacionado aos sinistros ocorridos. O montante recuperado do ressegurador é inicialmente mensurado com as mesmas bases da provisão do sinistro. O montante a ser recuperado é reduzido quando tem uma clara evidência de que o valor reconhecido inicialmente não será recuperado.

Por ser uma seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e concentração em baixos valores de importância segura. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador visando a proteção da carteira em níveis mais elevados.

Resseguro Cedido - Resseguradora Local

As operações de prêmios emitidos de resseguro em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão representadas pela MAPFRE RE (Rating A - pela A.M. Best).

l) Teste de Adequação do Passivo (TAP)
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme determinado pela Circular SUSEP 457/2012, a adequação das provisões técnicas constituídas foram avaliadas através do TAP.

O TAP é realizado bruto de resseguro e verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às demonstrações correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados em vigor na data base desta demonstração. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade mensal.

Para a realização do TAP, a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. agrupou as linhas de negócios com características semelhantes de risco e utilizou como premissas técnicas a Tábua de Mortalidade BR-EMS como experiência de mortalidade e premissas realistas de morbidade, sinistralidade e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada grupo. Para a projeção dos custos de aquisição que não são diferidos e para as despesas administrativas, foi adotado percentual específico da receita futura projetada para cada grupo de seguros.

Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP conforme indexador contratado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o TAP não indicou a necessidade de constituição adicional de provisões técnicas.

m) Imposto de Rendita Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 19.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários de sinistros diferidos correspondentes.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627/2013) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A MP 627/2013 dispõe sobre:

• a revogação do RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

• a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em outros autônomos não exterior por controladas e coligadas; e

• o parcelamento especial de PIS/PASEF e a COFINS.

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. aguardará a conversão em Lei da MP 627/2013 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Seguradora nas demonstrações financeiras de 2013.

n) PIS e COFINS
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As Seguradoras podem deduzir determinadas despesas na referida base de cálculo. As despesas de PIS e de COFINS são registradas em despesas com tributos.

o) Contratos de Seguro
Contratos de seguros são registrados quando a Seguradora aceita um risco significante - que não seja risco financeiro - de um contrato aceitando compensar o beneficiário na ocorrência de eventos futuros incertos onde este será afetado adversamente.

Passivos de seguros são reconhecidos quando o contrato é registrado e o prêmio é cobrado. Contratos que são classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente. O passivo é baixado quando o contrato acaba ou é cancelado.

p) Gestão de Capital
A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em

antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Zurich Santander Brasil Seguros S.A. como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

No que se refere às questões regulatórias a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. adota os critérios de cálculo determinados para prover informações relevantes sobre a adequação de seu capital, considerando os seguintes conceitos:

- Patrimônio Líquido Ajustado: tem o objetivo de apurar de forma mais qualitativa e estrita os recursos próprios da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. possibilitando a execução de suas atividades diante de oscilações e situações adversas dos negócios. Calculado com base patrimônio líquido contábil da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. que é ajustado conforme determinado na Resolução CNSP 222/2010.

- Margem de Solvência: tem o objetivo de proteger os segurados e assegurar que seus direitos sejam garantidos. Sob o ponto de vista da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. refere-se à capacidade de honrar os compromissos assumidos, considerando as determinações das Resoluções CNSP 08/1989 e 55/2001.

- Capital Mínimo Requerido: é o capital total que a sociedade deverá manter a, qualquer tempo, no decurso de suas operações. Para o ano de 2012 adotaram-se os conceitos de Capital Base e Capital Adicional conforme definidos na Resolução CNSP 227/2010. Para o exercício de 2013 foi adotado o conceito de Capital de Risco conforme determinado na Resolução CNSP 282/2013.

O demonstrativo analítico com os cálculos de adequação do capital da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. estão demonstrados na Nota 16.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes a caixa e bancos.

5. Aplicações
a) Composição por Classificação

31/12/2013

Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação	-	266	0,1%
Títulos Privados	-	266	0,1%
Ações do IRB	-	266	0,1%
Títulos Disponíveis para Venda	(9.395)	216.569	99,9%
Títulos Públicos	(9.395)	215.446	99,5%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(13)	98.473	45,4%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(2.385)	87.136	40,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	(3.496)	11.438	5,3%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	(21.900)	18.399	8,5%
Títulos Privados	-	1.123	0,6%
Outras Aplicações (Nota 20.c)	-	1.123	0,6%
Total	(9.395)	216.835	100,0%
Circulante	-	107.403	
Não Circulante	-	109.432	

31/12/2012

Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação	-	141	0,1%
Títulos Privados	-	141	0,1%
Ações do IRB	-	141	0,1%
Títulos Disponíveis para Venda	514	213.020	99,9%
Títulos Públicos	514	212.149	99,5%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(2)	152.876	71,7%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	58.757	516	59,273
Títulos Privados	-	871	0,4%
Outras Aplicações (Nota 20.c)	-	871	0,4%
Total	514	213.161	100,0%
Circulante	-	73.200	
Não Circulante	-	139.961	

A taxa média dos juros das aplicações em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2013 foi de 8,2% a.a. (31/12/2012 - 7,1% a.a.).

b) Composição por Prazo de Vencimento

31/12/2013

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	266	-	-	-	-	266
Títulos Privados	266	-	-	-	-	266
Ações do IRB	266	-	-	-	-	266
Títulos Disponíveis para Venda	1.123	43.451	62.563	41.142	68.290	216.569
Títulos Públicos	-	43.451	62.563	41.142	68.290	215.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	32.228	24.443	17.618	24.184	98.473
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	9.997	38.120	23.524	15.495	87.136
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	258	-	-	11.180	11.438
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	968	-	-	17.431	18.399
Títulos Privados	1.123	-	-	-	-	1.123
Outras Aplicações (Nota 20.c)	1.123	-	-	-	-	1.123
Total	1.389	43.451	62.563	41.142	68.290	216.835

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

c) Movimentação das Aplicações

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	213.161	151.246
Aplicações	460.396	484.514
Vendas/Resgates	(464.182)	(435.754)
Atualizações Monetárias	7.460	13.155
Saldo Final	216.835	213.161

d) Outras Aplicações
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existem valores registrados em outras aplicações no ativo realizável a longo prazo referente a aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$194, para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no mesmo valor.

e) Garantia das Provisões Técnicas
As provisões técnicas estão garantidas por títulos de renda fixa no valor de R\$215.446 (31/12/2012 - R\$212.149), exceto o limite das provisões técnicas no valor de R\$64.907 (31/12/2012 - R\$66.236).

f) Instrumentos Financeiros Derivativos
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

a) Composição de Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

31/12/2013

	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
Prêmios a Receber			
Compreensivo Residencial	102.788	25.256	128.044
Riscos Diversos	59.780	-	59.780
Habitacional	11.486	2.719	14.242
Responsabilidade Civil Geral	-	1	1
Demais Ramos	2	-	2
Total - Circulante	174.056	27.976	37 202.069

31/12/2012

	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras	Total
Prêmios a Receber			
Compreensivo Residencial	86.858	21.591	108.449
Riscos Diversos	69.918	-	69.918
Habitacional	10.000	2.609	12.640
Responsabilidade Civil Geral	-	1	13
Demais Ramos	-	33	33
Total - Circulante	166.776	24.234	44 191.054

b) Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas

	31/12/2013	31/12/2012
Compreensivo Empresarial	227	227
Responsabilidade Civil Geral	78	90
Responsabilidade Civil Facultativa	55	55
Habitacional	48	51
Total - Circulante	408	423

c) Movimentação de Prêmios a Receber, Líquida da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo Inicial	166.776	133.820
Prêmios Emitidos, Líquido de Cancelamentos/RVNE/Constituição	424.853	275.522
Recebimentos/Reversões	(417.573)	(248.478)
Saldo Final	174.056	166.776

d) Período Médio de Parcelamento
O parcelamento dos prêmios é de até 12 parcelas, exceto para o habitacional onde o prêmio é mensal e a quantidade de meses de pagamento do prêmio é o número de meses do contrato do empréstimo.

e) Composição por Prazo de Vencimento dos Prêmios a Receber, Líquida da Redução ao Valor Recuperável de Ativos

	31/12/2013	31/12/2012
A Vencer	173.321	164.460
Vencidos até 30 Dias	1.493	1.431
Vencidos de 31 a 60 Dias	710	710
Vencidos de 61 a 90 Dias	344	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com direito a diluição.

16. Patrimônio Líquido Ajustado, Margem de Solvência e Capital Mínimo Requerido

a) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido	155.229	155.011
Patrimônio Líquido Ajustado	155.229	155.011

b) Margem de Solvência

As demonstrações de cálculo da margem de solvência foram:

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido Ajustado	155.229	155.011
I) 0,20 Prêmio Retido Anual Médio - Últimos 12 Meses	55.801	55.598
II) 0,33 Sinistro Retido Anual Médio - Últimos 36 Meses	8.205	7.662
Margem de Solvência (Valor de I ou II - o Maior)	55.801	55.801
Suficiência	99.428	99.413

c) Capital Mínimo Requerido

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido Ajustado	155.229	155.011
Capital Base	-	15.000
Capital Adicional (1)	-	50.670
Capital de Risco (2)	55.801	55.670
Capital Mínimo Requerido	55.801	65.670
Suficiência	99.428	89.341

(1) O capital adicional refere-se ao montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação calculado com base nos riscos de subscrição e de crédito, conforme Resolução CNSP 227/2010.

(2) O capital de risco é a denominação dada a partir do exercício de 2013 para o capital adicional. Correspondente ao montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos de subscrição, de crédito e mercado, sendo este último a ser definido em regulamentação específica, conforme Resolução CNSP 282/2013.

17. Resultado com os Principais Ramos de Atuação

a) Prêmios Ganhos

	Prêmios Ramos de Atuação		% Sinistralidade		% Comercialização	
	01/01/a	01/01/a	2013	2012	2013	2012
	31/12/2013	31/12/2012				
Compreensivo Residencial	98.345	77.757	14	17	38	39
Habitacional	71.947	56.104	12	18	16	15
Riscos Diversos	111.843	136.284	3	2	86	82
Total	282.135	270.145				

b) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012	
	Compreensivo Residencial	14.226	13.118	
	Habitacional	8.377	10.180	
Riscos Diversos	3.392	3.392		
Demais Ramos	1.270	2.886		
Total	27.093	29.576		

c) Custos de Aquisição

	01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012	
	Compreensivo Residencial	37.759	30.032	
	Habitacional	11.689	8.689	
Riscos Diversos	95.882	111.086		
Total	145.322	149.807		

18. Detalhamento das Contas de Resultado

a) Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Serviços de Terceiros	683	560
Localização e Funcionamento	1.338	200
Outras	324	261
(-) Reversão de Provisões	(682)	(370)
Total	1.463	651

b) Despesas com Tributos

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
COFINS	9.978	9.587
PIS/PASEP	1.621	1.557
Taxa de Fiscalização da SUSEP	598	598
Outras	21	2
Total	12.218	11.744

c) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas Financeiras	18.559	14.672
Títulos de Renda Fixa	17.299	12.642
Operações de Seguros	2	1.028
Outras	1.258	1.002
Despesas Financeiras	(2.696)	(1.316)
Operações de Seguros	(1.163)	(1.160)
Impostos e Contribuições	(1.230)	(156)
Outras	(303)	(156)
Total	15.863	13.356

d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesas com Administração de Apólices	(155)	(52)
Reversão (Constituição) por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	(2.186)	2.788
Outras Receitas (Despesas) com Operações de Seguros	(10.639)	(7.304)
Total	(12.980)	(4.568)

19. Ativos e Passivos Fiscais

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2012	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	600	234	(256)	578
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	646	426	(21)	1.051
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	1	4.020	-	4.021
Outras Provisões Temporárias	480	903	-	1.383
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.727	5.583	(277)	7.033
	Saldo em 31/12/2011	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	595	291	(286)	600
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	251	395	-	646
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	-	1	-	1
Outras Provisões Temporárias	1.776	-	(1.296)	480
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	2.622	687	(1.582)	1.727

(1) Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

A movimentação dos créditos tributários foi realizada em contrapartida no resultado do exercício de uma receita no valor de R\$1.286 e em 2012 de uma despesa de R\$896 e em 2013 um efeito no patrimônio líquido de um ajuste positivo ao valor de mercado de R\$4.020 (2012 - R\$1).

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	31/12/2013			
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total
2014	928	566	87	1.581
2015	739	454	87	1.280
2016	1.397	848	87	2.332
2017	520	312	88	920
2018	1.200	312	88	920
Total	4.104	2.492	437	7.033

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e dos créditos tributários registrados é de R\$6.002 (31/12/2012 - R\$1.530), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

d) Tributos Diferidos

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2012	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	230	(230)	-
Total - Não Circulante	230	(230)	-

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Saldo em 31/12/2012
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	-	230	230
Total - Não Circulante	-	230	230

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

A movimentação do passivo tributário diferido foi realizada em contrapartida no patrimônio líquido de um ajuste positivo ao valor de mercado de R\$230 e em 2012 de um ajuste negativo no mesmo valor.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes dos Impostos	96.758	84.696
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(38.703)	(33.878)

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(233)	(22)
Demais Ajustes	251	148
Imposto de Renda e Contribuição Social	(38.685)	(33.752)

f) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio Líquido

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Lucro antes da Tributação	96.758	84.696
Imposto de Renda e Contribuição Social	38.685	33.752
Alíquota Efetiva	40,0%	39,9%

g) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido

Além do imposto de renda reconhecido no demonstrativo do resultado, a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. possui os seguintes valores no patrimônio líquido:

	31/12/2013	31/12/2012
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio Líquido	4.021	1

Avaliação de Títulos (Renda Fixa)

Disponíveis para Venda	4.021	1
------------------------	-------	---

Despesas de Impostos Contabilizadas no Patrimônio Líquido

Avaliação de Títulos (Renda Fixa)	-	(230)
Disponíveis para Venda	-	(230)
Total	4.021	(229)

20. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal - Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária da Zurich Santander Brasil Seguros S.A., realizada em 28 de março de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2013, no valor máximo de R\$10.

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é controlada pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria Executiva e planos de aposentadoria complementar.

b) Participação Acionária

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. é controlada pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. e, indiretamente pela Zurich Santander Holding (Spain), S.L. com sede na Espanha. A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. possui participação acionária direta de 70.284 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social da Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Disponível	4.666	3.898
Banco Santander (1)	4.666	3.898
Aplicações	1.123	871
Santander Capitalização S.A. (2)	1.123	871
Títulos e Crédito a Receber	7.852	9.335
Banco Santander (1)	7.744	9.335
Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagens de Seguros (Santander Serviços) (3)	108	-
Passivo		
Outros Débitos Operacionais de Seguros	(49.486)	(84.646)
Banco Santander (1) (Nota 11)	(49.486)	(84.646)
Total	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012

Resultado

Custos de Aquisição	(21.251)	(16.022)
Santander Serviços (3)	(21.251)	(16.022)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(162)	(153)
Santander Brasil Asset Management	-	-
Distribuidora de Títulos e Valores	-	-
Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) (3)(4)	(162)	(153)
Despesas Administrativas	(91)	(193)
Banco Santander (1)	(91)	(193)
Resultado Financeiro	63	(413)
Santander Capitalização S.A. (2)	63	(413)

(1) O Banco Santander é controlado pelo Grupo Empresarial Santander, S.L. e pela Sterrebeek B.V com sede na Espanha e indiretamente pelo Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha).

(2) Controlada indireta do Banco Santander.

(3) Controlada direta do Banco Santander.

(4) Controlada direta do Banco Santander até dezembro de 2013. Em dezembro de 2013, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Zurich Santander Brasil Asset para a SAM Brasil Participações S.A. que é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

21. Gerenciamento de Riscos

Gerção do Risco

Dentro do contexto de gestão de risco, o foco é a manutenção de estratégias de proteção do capital da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e respectivamente, de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

Gerção do Risco de Crédito

Riscos nos emissores dos ativos e/ou contrapartes de transações das carteiras de investimento não cumprirem suas obrigações de pagamento (principal e juros) e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem entrar as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas. As empresas precisam ter uma nota mínima para serem consideradas elegíveis ao crédito.

Gerção do Risco de Subscrição

A gestão de riscos de subscrição é realizada pela área Técnica, em conjunto com as áreas Atuariais, Serviços a Clientes, Compliance, Contabilidade, Comercial e Jurídica. No desenvolvimento, alteração ou extinção de cada um dos produtos, estes são submetidos a um Comitê de Produtos, responsável por aprovar as ações propostas com base no parecer de cada uma das áreas.

A Zurich Santander Brasil Seguros S.A. tem suas vendas concentradas nos produtos de Seguros Residenciais, com foco nos clientes correntistas do Banco Santander. Também comercializa seguros relacionados a outros produtos de crédito do Banco Santander, tais como crédito imobiliário e cartões de crédito. Portanto os perfis financeiro e social dos clientes já são previamente conhecidos, sendo possível estabelecer uma política de aceitação com conhecimento prévio dos riscos.

Anualmente a Zurich Santander Brasil Seguros S.A. realiza, além do TAP (Nota 3-1), critérios as avaliações atuariais de toda a sua carteira vigente para verificar a solvência ou necessidade de reservas complementares.

Gerção do Risco Atuarial

Riscos na definição de cenários, utilização de hipóteses, premissas e métodos que estejam ou não adequados e aderentes à realidade do plano de benefícios e à massa de participantes. Esclarecemos que a Seguradora adota os limites mínimos permitidos pela SUSEP nas premissas adotadas, as quais são aprovadas pelo órgão regulador em notas técnicas atuariais.

Gerção do Risco Operacional e Tecnológico (ROT) e da Continuidade dos Negócios

Risco operacional é a probabilidade de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão dos riscos operacionais e controles internos busca aprimorar a eficácia da prevenção, identificação e mitigação dos riscos, a redução dos eventos relevantes e de perda operacional, e o alinhamento destas práticas ao ambiente de controles internos estabelecido.

Gerção do Risco de Compliance

Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento e comunicação tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e conscientização.